



Índice

- 01** [Ministros negam divergências sobre índios](#)
- 02** [Índio não foi enterrado e clima permanece tenso em Sete Quedas](#)
- 03** [Produtores rurais protestam contra invasão de terras por índios](#)
- 04** [MPF expede recomendações à Sesai para apurar negligência na morte de indígena e suspensão de voos](#)
- 05** [Especialistas da área jurídica debatem questão da demarcação de terras indígenas em evento em São Paulo](#)
- 06** [Amarante se manifesta contra ampliação de reserva indígena](#)
- 07** [Ministro terá que prestar esclarecimentos sobre conflitos indígenas](#)
- 08** [Indefinição acirra conflito indígena no Oeste do Paraná](#)
- 09** [MPF consegue acordo para sepultamento de indígena assassinado em fazenda](#)
- 10** [André espera que na volta a MS quinta-feira ministro defina compra de áreas para indígenas](#)
- 11** [Embrapa nega ter contestado estudos da Funai](#)



Ministros negam divergências sobre índios

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 15.06.2013

Gilberto Carvalho e Maria do Rosário rebatem crítica de Vannuchi à ação federal no conflito

Os ministros Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) e Maria do Rosário (Direitos Humanos) defenderam ontem a colega Gleisi Hoffmann (Casa Civil) das críticas feitas pelo ex-ministro Paulo Vannuchi.

Titular da pasta dos Direitos Humanos no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e recém-eleito para a OEA (Organização dos Estados Americanos), Vannuchi disse anteontem à "Rádio Brasil Atual", ligada à CUT (Central Única dos Trabalhadores), que Gleisi estaria alinhada aos ruralistas no embate com os índios.

Ele afirmou ainda que o governo de Dilma Rousseff estaria dividido na tomada de decisões sobre o tema.

"São inoportunas e desprovidas de fundamento na realidade dos fatos as declarações do ex-ministro que atribuem à ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, posições divergentes do conjunto do governo", diz nota oficial distribuída ontem por Carvalho e Maria do Rosário.

Eles afirmam, no texto, que a política indigenista federal "é compartilhada por todos os ministros que se relacionam com o tema e tem como foco principal a efetivação dos direitos dos povos indígenas, compatibilizando-os com os objetivos fundamentais do desenvolvimento e da convivência democrática."



Índio não foi enterrado e clima permanece tenso em Sete Quedas

SÍTIO A GAZETA NEWS, 15.06.2013

O indígena Celso Figueredo, de 34 anos, assassinado a tiros na manhã de quarta-feira (12) na Fazenda Califórnia, na divisa entre os municípios de Sete Quedas e Paranhos, ainda não foi sepultado e o clima permanece tenso na região.

Grupos indígenas querem enterrar o guarani-kaiowá na fazenda, onde ele foi morto, mas produtores rurais não querem permitir pelo fato de que tal ato possa gerar álibi para invasões de terras.

Em uma reunião realizada no final da tarde dessa sexta-feira (14) com a participação do proprietário da fazenda e representantes da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, teria até se chegado a um acordo para permitir o sepultamento do índio na fazenda, mas os demais produtores rurais da região não aceitaram a decisão.

Como o impasse continua, o MPF teria estendido um prazo até as 9h30 de hoje, sábado, para os produtores decidirem se permitem ou não o sepultamento do índio na propriedade rural.

A FUNAI alega, segundo os produtores, que é da cultura indígena enterrar seus familiares no local onde eles morreram.

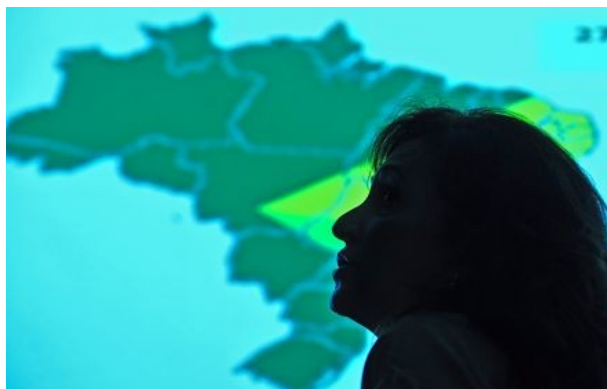
Um funcionário da fazenda, que figura com o principal suspeito de ter assassinado o indígena, está preso.

A polícia descarta qualquer hipótese de o crime ter sido cometido por conta de disputa de terras e aponta uma possível vingança como a causa provável para o assassinato.

Fonte: A Gazeta News

Produtores rurais protestam contra invasão de terras por índios

SÍTIO JORNAL DE HOJE, 15.06.2013



Katia Abreu exigiu cumprimento de lei que protege propriedades

Cerca de 5 mil produtores rurais de Mato Grosso do Sul se reuniram ontem, em Nova Alvorada do Sul, a 120 quilômetros de Campo Grande. O ato, com o slogan "Onde tem justiça, tem espaço para todos", teve o apoio da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A manifestação, segundo organizadores, foi a forma encontrada para alertar a sociedade sobre o drama vivido por agricultores e pecuaristas que tiveram suas propriedades

rurais ocupadas por índios que reivindicam que as ocupações sejam reconhecidas como territórios indígenas.

Fazendeiros e entidades ruralistas apontam a necessidade de o Estado pôr fim ao clima de insegurança jurídica a fim de permitir que o setor agropecuário possa continuar crescendo e contribuindo para os bons resultados da economia brasileira. "Estamos aqui para sociedade ouvir o pedido de socorro do produtor rural", disse o presidente da Famasul, Eduardo Riedel.

O ato em Alvorada do Sul foi pacífico e ordeiro, segunda a assessoria da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Começou por volta das 6 horas da manhã, com um culto ecumênico. A presidenta da CNA, a senadora Kátia Abreu, esteve presente. Ela exigiu o cumprimento das leis que protegem as propriedades regularizadas e produtivas.

Atos semelhantes ocorreram também em outros estados, como Santa Catarina e Paraná. Em Mato Grosso, a manifestação foi no entroncamento das rodovias federais BR-364 e BR-163, próximo à capital, Cuiabá, e organizada pela Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato). A entidade manifestou preocupação com o agravamento da situação enfrentada pelos produtores. Segundo dados da Famato, existem 66 propriedades ocupadas por índios em todo o estado. Algumas há mais de dez anos. (da agência Brasil)



MPF expede recomendações à Sesai para apurar negligência na morte de indígena e suspensão de voos

SÍTIO PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA, 14.06.2013

O Ministério Público Federal em Roraima (MPF/RR) expediu recomendação à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e ao Distrito Sanitário Especial Leste (DSEI-Leste) com o objetivo de apurar possível falta funcional dos servidores responsáveis pela comunicação e requisição de voos em área indígena.

A recomendação foi motivada após o óbito de uma indígena de etnia Ingarikó, que estava em trabalho de parto, na terra indígena raposa serra do sol, sob responsabilidade do DSEI-Leste. De acordo com o MPF/RR, os gestores da SESAI e do DSEI devem instaurar sindicância para apurar possível ato de negligência dos servidores do DSEI, que não providenciaram transporte para locomover a paciente até Boa Vista/RR.

O Ministério Público Federal expediu ainda recomendação para que a SESAI e o DSEI-Leste providencie a contratação de empresa aérea por meio de procedimento licitatório regular. O MPF quer que sejam adotadas medidas concretas e efetivas para viabilizar o atendimento médico dos indígenas, dando prazo de 15 dias para publicação de edital de licitação para a contratação da empresa aérea.

De acordo com o procurador da República Gustavo Kenner Alcântara, o transporte aéreo é indispensável para garantir a saúde e a vida dos indígenas de algumas localidades e as medidas adotadas pelo MPF/RR visam a evitar que novos problemas possam ocorrer.

As recomendações devem ser cumpridas imediatamente, a partir de seu recebimento. O descumprimento permite ao Ministério Público Federal a propositura das ações judiciais cabíveis, incluindo ações de improbidade.

Reunião no MPF - Na última sexta-feira, dia 7 de junho, o procurador Gustavo Alcântara se reuniu com representantes da comunidade indígena e servidores do DSEI-Leste e ouviu relatos sobre os problemas ocorridos na região em relação à saúde indígena e à possível falta funcional de servidores no caso da Ingarikó.

Após a reunião o MPF requisitou instauração de inquérito policial para apurar eventual responsabilidade criminal pela morte da indígena.

O Ministério Público já foi informando de que a situação dos voos para atendimento médico indígena foi regularizada. De todo modo, a recomendação expedida para contratação de empresa de transporte aéreo foi necessária, tendo em vista que o DSEI Leste Roraima realizou contratação emergencial, porém, o prazo da contratação está encerrando.



Especialistas da área jurídica debatem questão da demarcação de terras indígenas em evento em São Paulo

SÍTIO RURALBR, 14.06.2013

Profissionais pediram providências do governo de forma imediata em relação aos conflitos entre produtores e índios

As demarcações de terras indígenas – que resultaram em uma série de manifestações nesta sexta, dia 14, em todo o país – foram tema de debate também na sede da Sociedade Rural Brasileira em São Paulo. Uma reunião com especialistas da área jurídica foi realizada para debater problemas nas demarcações de terra em Mato Grosso do Sul. No evento, profissionais pediram providências do governo de forma imediata em relação aos conflitos entre produtores e índios, e afirmaram que é preciso respeitar as decisões da Justiça quando elas são determinadas.

– A postura da Sociedade Rural Brasileira é esclarecer o equívoco que ocorre quanto a interpretação da legislação indígena. Fazer com que se aplique a lei corretamente e se respeite os direitos individuais, que dá direito a propriedade e iguale o índio na sociedade e, devido às interpretações da lei, há alguns querendo que essa situação perdure e tumultue o ambiente – afirmou o assessor jurídico da entidade, Luiz Aparício Fuzaro.

A suspensão imediata das demarcações e o julgamento dos embargos declaratórios no caso Raposa Serra do Sol foram reivindicadas pela Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (Famasul). Os conflitos, segundo os organizadores, estão ocorrendo devido às ações inadequadas tomadas pela Funai, que estariam resolvendo os problemas sociais das comunidades indígenas, mas incentivando as invasões.

– O mecanismo legal existe, é o respeito à Constituição tal qual ela está redigida. O problema é que alguns termos que foram inseridos permitem entendimentos diversos. No nosso entendimento, o caso Raposa Serra do Sol é emblemático, porque traz objetividade pra se definir o que é uma ocupação, mas é uma preocupação constante porque há um conflito de ideologias, interpretações diferentes, e o Judiciário deve ser respeitado, mas isso não vem acontecendo – considera o assessor jurídico da Famasul, Gustavo Passarelli.

O desembargador Luiz de Lima Stefanini, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que também é especialista em direito agrário, condena a invasão de fazendas e defende uma política indigenista que integre o índio à sociedade.

– A questão da insegurança jurídica é a principal causa dos problemas brasileiros. Onde existe insegurança política, tudo vai em derrocada. Precisa prestigiar as instituições, as decisões judiciais, o quadro jurídico perfeito, o direito adquirido pra que esse país tenha um alicerce. Se uma atuação à revelia desses princípios numa situação de incerteza, de instabilidade, a situação está errada – disse Stefanini.



Amarante se manifesta contra ampliação de reserva indígena

SÍTIO IMIRANTE.COM, 14.06.2013

Atividades do comércio, nas escolas e órgãos públicos foram paralisadas

IMPERATRIZ – A 118 km de Imperatriz, cerca de 20 mil moradores do município de Amarante do Maranhão podem ser desapropriados, para a ampliação de uma das reservas indígenas do município. Nesta sexta-feira (14) eles fizeram uma paralisação, realizada simultaneamente em outros municípios de Estados que tem áreas pretendidas pela Funai. O protesto chamou a atenção para as questões que envolvem a demarcação de terras, ampliação de reservas e, por consequência, a desapropriação de famílias.

Com a paralisação, o comércio permaneceu de portas fechadas. As aulas nas escolas da rede pública foram suspensas e uma multidão se concentrou na principal avenida da cidade, Humberto de Campos, para ouvir o presidente da Comissão de Produtores Rurais do município, que está acompanhando o processo de ampliação da Reserva Indígena Governador, por meio de um estudo assegurado na Portaria 1437, de 08 de outubro de 2010. Se homologada a decisão, os atuais 41.643ha aumentariam para 204.729ha. Com a ampliação pretendida pela Funai, esta ocupação subiria de 140 para 204 mil hectares (75%). A área de 163.086ha atinge cerca de 20 mil pessoas e suas propriedades rurais, 11 assentamentos e dezenas de povoados.

O município de Amarante já possui 54% de sua extensão, o equivalente a 408.000ha, ocupados pelas reservas indígenas Araribóia (338.000ha), Governador (41.6432ha) e Reserva Krikati (28.947ha). Segundo dados da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged), o rebanho bovino do município ultrapassa as 120 mil cabeças de gado, criadas nessas áreas, que também virariam reservas.



Ministro terá que prestar esclarecimentos sobre conflitos indígenas

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 15.06.2013

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, terá que prestar esclarecimentos na Câmara dos Deputados sobre conflitos indígenas. A Comissão de Agricultura da Casa aprovou por 25 votos a 10 nesta a convocação de Carvalho, conforme a Câmara Notícias.

Com a convocação, Gilberto Carvalho deve comparecer à comissão num prazo de 30 dias.

Hoje, o governo tem anunciado uma discussão sobre o processo de demarcação e o Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar em breve processo relacionado à reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, que impôs condições para a demarcação.

O deputado federal Reinaldo Azambuja (PSDB-MS) posicionou-se nesta semana favorável à suspensão dos processos de demarcações até julgamento no Supremo dos embargos referentes ao caso de Raposa Serra do Sol. Ele defendeu também a aplicação a todos os demais casos das condicionantes já definidas pelo mesmo tribunal.

Reinaldo afirmou que o governo federal não está tratando o conflito com a devida seriedade. "Basta ver a quantidade de portarias que a Funai baixa para demarcar áreas que foram tituladas pelo Estado e pela Própria União", disse. "A instabilidade em Mato Grosso do Sul é culpa da omissão do governo federal. Ampliar aldeias é uma questão de política governamental, e isso eu não vou questionar. Mas a omissão do governo é grave – levou a conflitos que tiraram a vida de um produtor rural e de indígenas, há também policiais feridos, e isso não interessa ao povo sul-mato-grossense".



Indefinição acirra conflito indígena no Oeste do Paraná

SÍTIO GAZETA MARINGÁ, 16.06.2013

Relatório da Embrapa mostra que existem dez assentamentos indígenas entre Guaíra e Terra Roxa. Quatro tiveram a reintegração de posse determinada pela Justiça, mas as decisões não foram cumpridas

A indefinição do governo federal quanto às demarcações de terras indígenas e o não cumprimento de pedidos de reintegração de posse de áreas ocupadas aumentam a tensão entre proprietários rurais e índios avá-guarani na Região Oeste do Paraná. Conforme relatório da Empresa Brasileira de Produção Agropecuária (Embrapa), nenhuma reintegração de posse foi cumprida nas dez aldeias localizadas entre Guaíra e Terra Roxa. Dessas, quatro tiveram a retirada dos índios determinada pela Justiça, embora a decisão ainda possa ser questionada nos tribunais.

Além das dez aldeias, que ocupam 24 propriedades rurais, o estudo da Embrapa mostra que outras quatro áreas indicadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como indígenas, entre Guaíra e Terra Roxa, não abrigam assentamentos ou tribos. O órgão ainda afirma que 13 propriedades rurais – algumas aldeias ocupam mais de uma propriedade – foram ocupadas no ano passado.

O relatório, feito com base em imagens de satélite e visitas de funcionários da Embrapa às aldeias, foi entregue à Casa Civil para embasar a decisão do governo sobre a nova política para demarcação das terras indígenas.

Funai

O coordenador do posto da Funai em Guaíra, Ferdinando Nesso Neto, não quis comentar a informação de que não haveria índios em quatro áreas indicadas pela Funai como indígenas porque alegou não ter tido acesso ao relatório da Embrapa. Nesso, entretanto, afirmou que não viu ninguém da Embrapa em Guaíra e que os índios também não comentaram nada a respeito da presença de funcionários do órgão nas aldeias. "Não se identificaram funcionários da Embrapa em nenhuma das ocupações da região", diz.

A Funai em Brasília confirmou que teve acesso ao relatório, mas preferiu não fazer comentários diretos sobre o estudo. Em uma nota oficial, o órgão afirma que os índios avá-guarani ocupam historicamente a região Oeste e sofreram principalmente entre 1970 e 1980, época do regime militar, quando foram obrigados a se deslocar para dar espaço à colonização. A Funai também aponta que em virtude da construção da hidrelétrica de Itaipu ocorreram "ações de remoção forçada deste povo indígena para reservas kaingang e para o Paraguai".

A Funai contesta a informação da Embrapa de que parte dos indígenas veio do Paraguai e diz que hoje os índios estão em 16 áreas no Paraná. Oito em Guaíra, cinco em Terra Roxa, uma

CONT.



em Santa Helena, uma em Campo Mourão e uma em Matelândia. A prefeitura de Guaíra diz que a população indígena da região passou de 140 para 1.342 pessoas entre 2008 e 2013. Das áreas ocupadas, três estavam sendo demarcadas: aldeias Tekoha Marangatu e Tekoha Porã, em Guaíra, e Tekoha Araguaçu, em Terra Roxa.

Pequenos produtores têm áreas ocupadas

Algumas áreas ocupadas em Guaíra pertencem a pequenos proprietários. Um deles é Luís Sartori. Os índios chegaram à fazenda dele, de oito hectares, em agosto de 2012 e de lá não saíram mais. O pedido de reintegração de posse já foi feito à Justiça e após audiências o proprietário fez um acordo com os índios, que se comprometeram a deixar a área.

Presidente da Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (ONG DIP), criada recentemente para defender os agricultores, o produtor Roberto Weber teve duas propriedades da família invadidas, uma delas arrendada da companhia Mate Laranjeira. Ele relata que pastos foram queimados e pelo menos três cabeças de gado desapareceram. Uma das áreas, destinada ao plantio direto, agora é ocupada por barracos de lona e madeira, onde os índios vivem.

Após ter uma área de seis hectares ocupada em março do ano passado, o agricultor Simião Lopes Neves, cuja propriedade tem 240 hectares, já registrou seis boletins de ocorrência na polícia e pediu reintegração de posse, mas não foi atendido. "Os índios falam que a terra é deles é nós somos invasores, apesar de estarmos com toda a documentação em dia e com imposto pago". Em duas ocasiões ele disse que os índios atiraram para amedrontá-lo.

Laura Scarpa, proprietária de uma área de 20 alqueires, também se queixa da situação. Os índios usam parte da fazenda dela como local de passagem porque invadiram a área de Neves. Ela diz que os índios já destruíram soja e largaram roupas e bebidas.

Mobilizações

O presidente do Sindicato Rural de Guaíra, Silvanir Rosset, afirma que a entidade trabalha para conscientizar a população e participa de mobilizações para alertar o governo. "Fala-se tanto em Constituição, mas o próprio órgão governamental não respeita", diz. Rosseti lembra que as áreas indígenas já deviam ter sido demarcadas, como prevê a Constituição.

Na última sexta-feira, cerca de 2 mil produtores rurais fizeram um protesto e fecharam por 15 minutos a ponte Ayrton Sena, nos limites entre Guaíra e Mundo Novo (MS). A manifestação foi convocada pela Frente Parlamentar de Agropecuária da Câmara e ocorreu em 14 estados brasileiros.



MPF consegue acordo para sepultamento de indígena assassinado em fazenda
SÍTIO MIDIAMAX, 16.06.2013

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) intermediou acordo para o sepultamento do indígena Celso Figueiredo, morto em uma emboscada na Fazenda Califórnia, em Paranhos (MS), fronteira do Brasil com o Paraguai, na última terça (12).

O proprietário da fazenda e as lideranças indígenas concordaram que o sepultamento ocorresse no cemitério da Aldeia Paraguassu, à qual pertencia o indígena assassinado. No local da morte, dentro da fazenda, será colocada uma cruz e os indígenas terão livre acesso ao lugar. Também ficou definido que somente a Força Nacional irá patrulhar a região e com absoluta prioridade, para evitar conflitos entre índios e fazendeiros, que não manterão vigilância armada no local.

O acordo foi intermediado pelo procurador da República Ricardo Pael Ardenghi. Na tarde de sexta-feira (14), ele reuniu-se, na Câmara de Vereadores de Paranhos, com o proprietário da Fazenda Califórnia bem como com representantes da Funai e da Força Nacional. Na saída, houve uma rápida conversa com proprietários rurais, apenas para explicar que no encontro não se discutiu demarcação de terras, mas apenas um acordo para o sepultamento do indígena morto. Após isso, foi a vez de conversar com a comunidade indígena, que aceitou o acordo.

Os indígenas queriam enterrar o corpo de Celso Figueiredo no local da morte, dentro da Fazenda Califórnia, enquanto que o fazendeiro temia uma ocupação da área. A falta de consenso ameaçava extrapolar para a violência. Durante as conversas surgiu, das próprias partes envolvidas, a proposta intermediária de colocação de uma cruz no local, com livre acesso franqueado aos indígenas para sua manutenção. O corpo foi enterrado no cemitério da própria comunidade, que se comprometeu a não fazer ocupações antes de um processo demarcatório.

Para o MPF, o diálogo deve ser a primeira opção. "A questão era simples, o local de um sepultamento, mas agravada pelo clima tenso que domina o estado. Ao final prevaleceu o bom senso e ambos os lados cederam em nome de um bem maior: evitar mais mortes. Isso só foi possível graças à abertura ao diálogo tanto dos indígenas quanto do fazendeiro. Seu exemplo deveria ser seguido", afirma o procurador. A aldeia Paraguassu fica na Reserva Indígena Takuaraty/Yvykuarusu, demarcada com 2609 hectares.

André espera que na volta a MS quinta-feira ministro defina compra de áreas para indígenas

SÍTIO REGIÃO NEWS, 16.06.2013

A reunião que acontecerá às 16 horas vai contar a presença do governador, o ministro da Justiça, a FUNAI – Fundação Nacional do Índio, o Ministério Público Federal.



André espera que na volta a MS quinta-feira ministro definir compra de áreas para indígenas

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, exatamente duas semanas depois de sua primeira visita a Mato Grosso do Sul para intervir no conflito entre fazendeiros e índios terena da Reserva Buriti, estará de volta ao Estado na quinta-feira (20) e a expectativa é de que esta nova incursão ao solo sul-mato-grossense traga resultados efetivos. O governador André Puccinelli não tem dúvida de que finalmente o Governo Federal terá de apresentar uma proposta concreta para resolver o impasse, que obrigatoriamente passará pela compra das fazendas localizadas dentro dos 17 mil hectares reivindicados como terra indígena.

"Conversei com o ministro e disse-lhe, juntamente com o secretário de Justiça e Segurança pública, Wantuir Jacini, que não poderíamos ficar somente naquelas palavras e no sobrevoo que fizemos na área do conflito", disse o governador ao se referir a vinda do ministro Eduardo Cardozo a Capital no último dia 5 de junho.

A reunião que acontecerá às 16 horas vai contar a presença do governador, o ministro da Justiça, a FUNAI – Fundação Nacional do Índio, o Ministério Público Federal. "Vamos nos reunir para que se resolva de vez a possibilidade da União de comprar terras. Querem dar terras para os índios? Eu concordo, comprem-nas daqueles proprietários de fato e de direito e distribuam-nas", enfatizou Puccinelli

Pelos cálculos da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), as 38 fazendas reivindicadas pelos terena, localizadas entre Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, estão avaliadas em R\$ 145 milhões. O deputado Reinaldo Azambuja (PSDB), que junto com os demais integrantes da bancada federal, participou de uma reunião com quatro ministros para discutir a questão, não acredita que o Governo Federal vai seguir rigorosamente os laudos antropológicos da FUNAI na hora de definir o tamanho da área a ser comprada para incorporar as reservas indígenas. "Vai pesar no bolso, Brasília não vai levar em conta apenas estes laudos fraudulentos", observa.



CONT.

De qualquer forma, a impressão dominante é de que diante do clamor provocado pela morte do terena Oziel Gabriel, no confronto com a Polícia durante a reintegração de posse da Fazenda Buriti no último dia 30 de maio, o Governo Federal vai buscar uma solução de curto prazo para a demarcação das terras reivindicadas pelos terena em Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti e Aquidauana. Mesmo porque, a Força Nacional não poderá ficar para sempre região para evitar novos confrontos. A tropa inicialmente foi requisitada por 30 dias.

Por enquanto a presença dos policiais apenas adia o potencial de conflitos. Sem contar que as decisões judiciais determinando a reintegração de posse das fazendas Cambará e Buriti, não foram anuladas, estão suspensas diante do clima tenso criado após o desfecho violento da tentativa de reintegração de posse da Fazenda Buriti no último dia 30 de maio, quando morreu o terena Oziel Gabriel no confronto com a Polícia Federal. (Com informações Notícias MS)



Embrapa nega ter contestado estudos da Funai

SÍTIO O ESTADO DE SÃO PAULO, 13.06.2013

'Não temos por atribuição opinar sobre aspectos antropológicos ou que envolvam demarcação de terra', diz presidente da empresa

Apontada como autora de análises que teriam levado o governo a suspender a demarcação de terras indígenas no Paraná, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) nega ter elaborado um relatório contestando os estudos da Fundação Nacional do Índio (Funai). "A Embrapa não tem por atribuição opinar sobre aspectos antropológicos, étnicos ou de mérito envolvendo a identificação, declaração ou demarcação de terras indígenas no Brasil. Essa é uma atribuição da Funai", afirmou o presidente da empresa, Maurício Lopes.

A Embrapa entrou no centro da discussão sobre a demarcação das terras indígenas no mês passado, quando foi citada pela ministra chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, durante audiência da Câmara dos Deputados.

Convocada pela bancada ruralista para prestar esclarecimentos sobre possíveis irregularidades na Funai, Gleisi anunciou que as demarcações no Paraná estavam suspensas e que a decisão havia levado em conta as análises da Embrapa, que passaria a ser consultada sobre novas delimitações.

O presidente da Embrapa afirmou que a empresa apenas forneceu à Casa Civil as análises sobre ocupação e o uso das terras rurais. Lopes disse que a Casa Civil também solicitou à Embrapa dados "sobre a agropecuária e a dinâmica do uso e da ocupação das terras" no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. "É esse conjunto de informações que subsidia o planejamento e a formulação de políticas de gestão territorial e demarcação de terras pelo governo federal", diz ele.

Questionado se a Embrapa teria feito algum levantamento específico sobre as áreas que estão sendo demarcadas no Paraná, Lopes respondeu que as informações sobre terras indígenas do Brasil e suas populações são de domínio público. "Os bancos de dados sobre as terras indígenas disponíveis no site da Funai e na INDE (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais) informam quais terras estão ocupadas ou não por índios e qual é essa população, quando ela existe. A Embrapa gera e analisa dados agropecuários e monitora o uso e a ocupação das terras em todo o território nacional."

Maurício Lopes disse que as informações consolidadas pela Embrapa integram um sistema de inteligência territorial estratégico, baseado em imagens de satélite e cartografia digital. "Esse sistema reúne temas voltados ao planejamento e à gestão do uso das terras, como a repartição geográfica de produtos agropecuários, a infraestrutura, a logística, as áreas protegidas do Brasil, divisões administrativas e outros."